

# Natureza, liberdade e graça

Edith Stein\*

## 1) A vida ingênuo-natural da alma

A vida ingênuo-natural da alma é um jogo de intercâmbio constante entre impressões e reações. A alma recebe impressões de fora, do mundo, onde está o sujeito dessa vida, com as quais o sujeito se contrapõe e acolhe como objeto com o espírito. Ela é movida por essas impressões, e através disso desencadeiam-se posicionamentos frente ao mundo: medo ou espanto, admiração ou desprezo, amor ou ódio, temor ou esperança, alegria ou tristeza etc. mas também querer e agir. Resumimos isso tudo sob o título *reações*, e nos últimos exemplos – querer e agir – costuma-se falar especificamente de atividade. Com certo direito, pois em todos os posicionamentos a alma está em movimento, em ação, e no querer e agir esse movimento não fica fechado em si mesmo, mas retrocede para fora, atua configurando no mundo exterior.

Mas a partir de um posto mais profundo pode-se designar toda essa engrenagem do posicionamento natural como passivo. E igualmente como não-livre, pois falta a todos esses movimentos a encenação a partir de um centro interior último. O sujeito anímico é trazido para dentro a partir de fora e nisso não tem controle de si. Essas duas coisas – ter controle de si

---

\* Texto extraído de *Freiheit und Gnade und weitere Texte zu Phänomenologie und Ontologie*. Disponível em: < [http://www.edith-stein-archiv.de/wp-content/uploads/2014/10/09\\_EdithSteinGesamtausgabe\\_FreiheitUndGnade.pdf](http://www.edith-stein-archiv.de/wp-content/uploads/2014/10/09_EdithSteinGesamtausgabe_FreiheitUndGnade.pdf)>, acessado em: 20.05.2015. Tradução de Enio Paulo Giachini

e encenar por si mesmo seus movimentos – caracteriza atividade e liberdade num sentido pregnante. – A atividade passiva, a reação como forma básica, caracteriza o nível animal da vida anímica. (Com isso, não se exclui que certos posicionamentos que podem penetrar nessa forma básica, de princípio, não sejam realizáveis dentro da vida anímica animal).

## 2) A vida da alma liberta

À vida anímica ingênuo-natural, confrontamos uma outra com estrutura totalmente distinta, que queremos chamar de liberta (expressão a ser explicada). A vida da alma que não é impingida de fora mas é guiada do alto. O do alto é igualmente o de dentro. Pois ser elevado ao reino do sublime significa para alma ser entronizada totalmente em si mesma. E ao contrário: não poderá tomar pé firme em si, sem ser elevada acima de si – ou seja, no reino do sublime. Na medida em que se recolhe em si e se enraíza no elevado, ela é acolhida e retirada das impressões do mundo e deixa de ficar exposta sem defesa. Justo isso qualificamos como “liberto”. – O sujeito anímico liberto, assim como o ingênuo-natural, acolhe o mundo com o espírito. Também recebe impressões do mundo em sua alma. Mas a alma não é movida diretamente por essas impressões. Ela as acolhe a partir daquele centro com o qual está ancorada no sublime; seus posicionamentos partem desse centro e são prescritos de cima. Esse é o hábito anímico dos filhos de Deus. Sua liberdade (*Freiheit*), a “liberdade de pessoas cristãs” não é a que discutíamos acima. Ela é libertação (*Befreiheit*) do mundo. O modo de seu posicionar-se que lhe condiz é novamente uma atividade passiva, é claro que diversa daquela do “reino da natureza”. A engrenagem da vida anímica natural não toca o centro que constitui o lugar da liberdade e a fonte da atividade. Com esse centro, a alma guiada ausculta o elevado, recebe dele suas instruções e se deixa mover a partir daqui, “obedientemente”. A atividade cessa em sua fonte de origem, no lugar onde está a liberdade não se faz uso da liberdade. - Nisso está oculto bem mais que uma dificuldade. “A atividade cessa” – o próprio cessar não é uma ação? “Não se faz uso da liberdade” – a própria renúncia à liberdade não é um ato livre? Se fosse assim, não estaria decidido que a vida da alma liberta pressupõe liberdade? Ter-se-ia de ser livre para poder ser liberto. Seria preciso ter controle de si, para poder soltar-se. Não seria possível viver ingenuamente no “reino da graça” (=a partir do alto).

Essa última informação tem de ser primeiro comprovada. Existirá uma suspensão originária no reino da graça que corresponda à vida ingênuo-natural no mundo? Assim deve-se pensar a vida do ser humano íntegro, antes da queda. Assim também a vida dos anjos, dos espíritos que servem a Deus. O que distingue a esses não nos



deve preocupar aqui. A vontade de Deus os atravessa e vai adiante e atua diretamente em suas ações. Estão submissos sem se submeterem. Sua obediência não pressupõe qualquer renúncia e uso da liberdade. Não o uso da liberdade, mas a própria liberdade. À obediência pertence a possibilidade de desobediência, mesmo que factualmente jamais se dê escolha e resistência. Servos de Deus só podem ser espíritos livres. Instrumentos cegos podem avançar segundo leis que lhes são prescritas por uma vontade, mas uma vontade não pode atuar vivamente nelas e através delas. Assim, o ser liberto só é possível para seres livres. Mas também pode ser ingênuo, isto é, não precisa necessariamente ser conquistado apenas através de um ato livre.

### **Passagem do reino da natureza para o reino da graça; Liberdade**

Mas isso é necessário, visto tratar-se de um ser enredado no reino da natureza, entregue à vida ingênuo-natural. A passagem do reino da natureza para o da graça deve ser feita livremente pelo sujeito, que deve ser transportado de um para o outro, não pode acontecer e ser produzido sem sua participação. Entre o reino da natureza e o da graça interpõe-se o reino da liberdade. Fica logo claro que esse não é um “reino”, *stricto sensu*. O centro da atividade, inacessível para a vida ingênuo-natural, que forma o ponto de partida para a ancoragem no sublime, em si e como tal está fora dos dois reinos. O sujeito livre – a pessoa – como tal está totalmente exposto ao vazio. Moveu e pode mover a si mesmo em todas as direções. E justo nessa liberdade absoluta, é fixado de forma absoluta em si mesmo e condenado à imobilidade. Pois o si-mesmo, que ele possui, é totalmente vazio e recebe toda sua plenitude do reino ao qual se entrega – por força de sua liberdade. Por isso, falar de um “reino” da liberdade não é possível, pois esse reino não tem dimensões, está conjugado num ponto. Tomada apenas como sujeito livre, a pessoa não é capaz de nenhum movimento anímico, toda vida anímica se desenrola num reino que tem amplitude, e a alma precisa aderir a tal reino para poder se desenvolver. Para fazer alguma coisa com sua liberdade, portanto, tem de renunciar a ela – pelo menos parcialmente; para ganhar alma e vida tem de ligar-se a um reino. O que decide sobre o destino da pessoa é o que sacrifica e o que conserva da própria liberdade, aquilo para que entrega o que sacrificou e que uso faz daquilo que conserva.

### **Vida com domínio de si. Razão e liberdade**

De início fica claro que a pessoa não pode se eximir do reino da natureza, sem se embrenhar num outro reino. Retirar-se em si mesmo jamais poderá significar: colocar-se total e somente em si mesmo (como parece ser possível na medida em que não se vislumbrou o vazio do sujeito meramente livre). Por isso, também os anjos que fazem

uso de sua liberdade e querem se retirar do serviço do Senhor, não podem se colocar verdadeiramente em si mesmos. Têm necessariamente de “cair” do reino da luz para um outro reino e, porque não o encontram previamente, têm de gerá-lo por si mesmos. O que traz em si os vestígios de sua origem: puramente em contraposição àquilo de que se retirou, é qualificado como – trevas, vazio, carência, nada. Enquanto o sujeito não toma pé noutra reino, tem de ficar preso em parte no reino da natureza. Esse é o caso na passagem da vida ingênuo-natural para a de autodomínio. A vida da alma ingênuo-natural – aquela da estrutura animal – não tem centro. A irrupção para a estrutura de pessoa é marcada pela conquista do ponto central, do lugar de estadia no qual o sujeito anímico pode elevar-se livremente como pessoa. Através dessa mudança estrutural, não se acrescenta materialmente nada à vida da alma. A principal diferença para com o estágio animal consiste no fato de que a pessoa pode acolher as impressões anímicas a partir daquele ponto central – pode, não é obrigada – e pode realizar a partir de lá as reações às impressões recebidas.

### 3) A esfera da liberdade

Os posicionamentos que são desencadeados naturalmente no nível animal através das impressões podem ser “aceitos” ou “rejeitados” pela pessoa, ela pode entregar-se a eles ou deles se afastar. E nesse nível são possíveis atos livres que o animal não é capaz de fazer. Esses atos que só podem realizar-se, de princípio, à base de posicionamentos, devem seu conteúdo material precisamente a esse fundamento sobre o qual surgem. Eles, que representam a verdadeira vida do sujeito livre como tal, nós lhes atribuímos aceitação e rejeição de posicionamentos, e eles têm o mesmo vazio e necessidade de preenchimento através de uma completude com outro tipo de referência, como o próprio sujeito. As ações ativas da pessoa que tem controle de si materialmente, portanto, não são diferentes das ações passivas da esfera anímica, da qual a pessoa se assenhoreia. Ela dispõe sobre essa esfera mas só sobre ela. O que é possível nesse âmbito, ela pode dominar e ordenar à vontade sobre isso. Seu desempenho consiste na escolha entre as possibilidades ocorrentes. Ela pode sufocar certas comoções anímicas, ocasional ou “sistematicamente”, e acentuar e “cultivar” outras e desse modo trabalhar na formação de seu “caráter”. Esse é o autodomínio e autoeducação de que é capaz. Autosuperação, isto é, reformulação radical do si-mesmo natural e preenchimento com um novo conteúdo anímico, de princípio, é algo impossível para a pessoa que tem domínio sobre si.



O “livre arbítrio”, através do qual dispõe de sua esfera anímica natural, alberga em si também problemas. Sob possibilidades dadas, pode escolher “totalmente ao bel-prazer”. Essa escolha pode simplesmente dar-se arbitrariamente ou pode ser escolhida segundo um princípio. No primeiro caso, ainda precisamos analisar o que se compreende por arbitrário. No segundo, temos de perguntar de onde pois a pessoa toma o princípio da escolha. – Arbitrariedade sem limites significaria que a pessoa decide isso ou aquilo sem qualquer razão. Pode abandonar-se simplesmente a seus impulsos anímicos naturais, “aceitá-los” integralmente. Seria o uso mínimo que faz de sua liberdade, mas ao mesmo tempo o menos perigoso. Pois na vida anímica natural vigem uma razão oculta, submissa a leis ocultas só ao seu sujeito, às quais obedece cegamente – como ingênuas. – Se a pessoa se desvincula do curso natural da vida anímica, ela oscila de lá para cá sem uma linha diretriz dada a ela pela decisão, então mergulha no nível anímico, sua vida anímica torna-se caótica. Ela, que por força de sua liberdade é capaz de agir racionalmente, pelo abuso dessa liberdade, recai numa a-razionalidade radical. – Frente a isso, a vida anímica da pessoa, que, seguindo princípios firmes, escolhe entre as possibilidades naturais, aparece como um cosmos. E quiçá como um cosmos cujas leis não são seguidas cegamente, mas escolhidas livremente e cumpridas cientemente. Para isso não se exige que a pessoa supere sua esfera anímica natural – materialmente. Só se exige que faça uso de sua liberdade para conhecer a si mesma – isto é, a estrutura de sua vida anímica e as leis que vigem ali. Conhecimento, em sentido estrito (ou mais precisamente: a atividade compreensiva que leva a ele) é atividade autêntica e como tal só possível a um sujeito livre. Um ingênuo pode tomar conhecimento na mais ampla medida e saber, mas não pode conhecer. Como todos os atos livres, as operações da compreensão são totalmente vazias e devem seu conteúdo às bases de que dependem por princípio (nesse caso, em última instância, tomar conhecimento). Por força de sua liberdade, portanto, a pessoa é capaz de penetrar sua própria vida anímica pelo conhecimento e encontrar as leis a que obedece. Ela, a vida da alma, pode fazer uma escolha entre elas e designar algumas que a partir de então quer obedecer exclusivamente. Isso é possível porque as leis da razão – contrariamente às leis naturais – não obrigam, mas motivam, e só nos quadros da vida da alma, cujo sujeito não está na posse da liberdade ou não faz uso dela ao modo como funcionam as leis naturais. – A vida da alma pessoal iluminada e guiada pelo conhecimento parece elevada acima da animal – justo pelo fato de desenrolar-se à luz do conhecimento. Mas essa luz não pode ser supervalorizada. Ao lado do verdadeiro conhecimento, como possível resultado das livres operações compreensivas, está o erro. A compreensão do conhecimento pode

errar e desorientar a pessoa que a segue; os princípios que ela adota para sua vida anímica só aparentam então ser razão, e essa vida anímica, apesar de ser ordenada e iluminada, torna-se irracional e como tal fica aquém da animal. A pessoa que quer insistir em sua liberdade e quer ser seu próprio senhor fica sempre exposta ao perigo de decair na a-racionalidade e irracionalidade. – A sua vida anímica é o que é especificamente desprotegido.

### **Adesão a um reino espiritual**

Se a pessoa quer resguardar sua alma e propriamente conquistá-la, deve encontrar adesão a um reino diferente ao da natureza. No reino da natureza ela não possui a alma. O animal é impulsionado para cá e para lá e não tem estabilidade em si. Aquilo com que está às voltas, a isso está constantemente exposto; isso domina-o em constante mudança e obriga-o a sair de si. Não tem possibilidade de apartar-se disso, sua alma não é um castelo, onde pode se encastelar. A pessoa que se soergue no reino da natureza tem a possibilidade de separar-se do que vem contra ela de fora. Mas enquanto ela não tem nenhuma fortaleza contra isso, a não ser sua liberdade, só poderá fazê-lo enquanto se esvaziar crescentemente e se consumir totalmente na medida em que se torna totalmente livre. É só em seu novo reino que sua alma pode ganhar novo conteúdo e assim, só então, tornar-se sua própria casa.

#### 4) O reino da natureza e o reino espiritual

Para um preenchimento com novo conteúdo, há diversas possibilidades. A pessoa pode esmerar-se na busca de um espírito transcendental contra a natureza, que lhe conceda novas forças, distintas das naturais, eventualmente o que a qualifica a dominar no reino da natureza por meio dessas forças. Em segundo lugar, deve-se investigar: a nova relação com o reino da natureza e a relação da pessoa com o espírito ao qual se consagrou. Através dessa ligação, ela alcançou uma localização fora da natureza, que – contrário à liberdade pura - é uma localização (*Standort*) verdadeira. Aqui pode tomar pé, daqui pode afrontar as impressões que vêm da natureza e responder a elas com reações que não precisam mais ser tomadas das possibilidades encerradas no reino da natureza. Libertou-se verdadeiramente da natureza. Mas ainda não se disse que ao mesmo tempo ela é liberta também no modo antes descrito e que está junto a si mesma. Depende do espírito a que se consagrou e do que significa esse “consagrar-se”. – De princípio, espírito é uma palavra ambígua e deve ser empregada aqui em duplo sentido. Designa por um lado uma pessoa espiritual e por outro uma



esfera espiritual. As relações entre uma pessoa espiritual e uma esfera espiritual são de duas formas:

1) Toda esfera espiritual jorra de uma pessoa (event. de uma multiplicidade de pessoas) e possui ali necessariamente seu centro.

2) Uma pessoa pode ser subsumida numa esfera espiritual que não jorra dela mesma. O que chamamos espírito da sublimidade ou da graça é a esfera espiritual que provém de Deus. Os anjos são pessoas que foram subsumidas ali (e quiçá “a partir da natureza”).

“Consagrar-se a um espírito”, então, também possui duplo sentido. Significa lançar-se para dentro de uma esfera espiritual e deixar-se preencher dela. Significa também submeter-se à pessoa que é o centro dessa esfera. Event. isso pode acontecer de forma mediada, submetendo-se a uma pessoa que já foi subsumida àquela esfera, mas que não é seu centro. Assim pode-se ser preenchido com o espírito da sublimidade (alcançar adesão ao reino da graça) quando se segue um santo, sem ter-se submetido direto e imediatamente a Deus. – A submissão ao espírito do novo reino pode ser realizada por aquele que busca adesão ali, como submissão em sentido estrito: por força de um ato livre, coloca-se a serviço daquela esfera e de seu senhor. Pode também ocorrer de outra forma – como no caso que escolhemos para exemplo: que uma pessoa procura fincar pé fora da natureza para dominar a natureza. Onde a saga nos relata sobre isso – Próspero, Fausto – parece dar-se justo o contrário. Em vez de essas pessoas se submeterem, parece que essas pessoas obrigam espíritos a servi-las, que são capazes de dominar a natureza. Mas só aparenta ser assim. O homem só pode estabelecer ligação com espíritos que estão fora da natureza quando se consagra – implicitamente – à sua esfera e é preenchido por seu espírito. Só é possível que lhe fique oculto através do comportamento daqueles espíritos. O senhor da esfera onde é acolhido pode consentir ao caso particular – por exemplo ordenando às forças da natureza para ele – e imperceptivelmente pode preenchê-lo com seu espírito. Ou pode permanecer no oculto e enviar espíritos serventes de seu reino que ele encarrega para servir aos seres humanos. Então o homem imagina que eles lhe estão submissos, quando na verdade obedecem a seu senhor e assim colocam também a ele a serviço desse senhor. – Quando essa pessoa finca pé num reino fora da natureza, assim, não está conquistando sua alma e vindo a si mesmo. Ao espírito que assim o atrai para seu reino importa apropriar-se de sua alma e preenchê-la com seu espírito. Não lhe deixa espaço para sua própria vida. Está agora mais na servidão do que no estágio natural. O homem ingênuo só não está livre na medida em que está exposto constantemente às

impressões exteriores e sua vida se consome em reações. Mas são *suas* reações. Aquele que é “possesso” de um espírito mau, ao contrário, não reage mais a seu modo, está alienado de si; em sua lei domina aquele espírito e atua a partir dele. Assim, entrar num reino, cujo senhor deseja as almas para dominá-las significa também não chegar ao repouso. Aqui a alma é constantemente expulsa de si, não se lhe permite estadia (*Stätte*). – Nosso exemplo foi escolhido de propósito para mostrar como é possível que se caia em tal reino. Quem procura uma ubicação fora da natureza para poder dominar-se, permanece sempre ainda voltado a ela. Procura a si mesmo, apenas no sentido do si-mesmo livre. Ele quer um ponto de apoio para sua atividade. Ele não se empenha muito para pacificar sua alma e albergar-se nela. Por isso não há lugar para ela. Porque busca domínio, tem de decair mais fundo na servidão.

### **Reino da graça (acessibilidade interna às esferas espirituais; razão natural)**

Encontrar a si mesmo e sua paz, a alma só irá conseguir num reino cujo senhor não é procurado por causa da alma, mas dele. Chamamos a esta de reino da graça, justo por não desejar nada além da plenitude superabundante e que se presenteia. E por que ser acolhido ali significa ser elevado, chama-se reino da sublimidade. As duas coisas são vistas com os olhos que as considera de baixo e na relação consigo. Se quisermos dar-lhes um nome, que a designe puramente em si, segundo sua essência interna, temos de dizer: o reino da luz. Se a graça jorra dentro da alma, ela é preenchida com aquilo que é totalmente adequado e único adequado a ela. Essa plenitude pacifica-a. O que ademais se amontoa de fora – como no estado natural – não pode jorrar para dentro dela desimpedidamente. É claro que é acolhido, mas se lhe responde a partir da plenitude da alma.

É possível penetrar mais nesse mistério? Vamos tentar, perguntando como compreender que uma pessoa que pertence ao reino da natureza pode ligar-se com outro – e especialmente com o da graça. Dentro da natureza, tudo que tem uma alma está originalmente interligado (e correspondentemente de um modo modificado também com todos os seres sem alma). Todo ser anímico, como tal, está entregue a tudo que está ligado com ele na unidade da natureza, de modo que recebe impressões dela e reage a essas segundo leis que caracterizamos como leis racionais que vigem no obscuro. Se se trata de um ser sem liberdade pessoal, está indefeso à mercê das impressões e do reagir, e totalmente enfeitiçado no nexo da natureza, sem possibilidade de desprender-se dela e ou nela penetrar. Quando se trata de uma pessoa que não só tem alma mas é espiritualidade livre, como no reino da natureza do homem, então tem a possibilidade de esquivar-se das impressões e dominar reações. Como



desempenho positivo, corresponde a isso que o espírito não é atingido grotescamente por impressões, mas – em sua postura originária – está aberto para um mundo que se lhe oferece visivelmente. Como tal, o espírito está na luz. Mas nenhum ser livre e espiritual está fechado no reino da natureza. A liberdade, para arrancar-se do jogo natural das reações, lhe dá um uma ubicação (*Standort*) fora da natureza, ou melhor, testemunha isso. Por princípio, a abertura do espírito é universal. Tudo que é visível pode ser visto por ele. Tudo que é objeto pode postar-se frente a ele. Factualmente, porém, nem todo espírito individual possui um campo de visão irrestrito. A ligação a uma base natural, sobre a qual se ergue, significa ainda um confinamento de seu olhar no reino no qual foi implantado. Mas esse confinamento não é indissolúvel. O ser livre tem a possibilidade de evadir-se dele, e olhar para além de sua esfera natural. Mas isso só pode acontecer se, a partir da esfera que deve conquistar, lhe vem algo ao encontro. Sua liberdade tem o alcance de dirigir seu olhar para esferas estranhas ou fechá-lo a elas. Mas só na medida em que elas se lhe oferecem. Ele não pode apoderar-se do que não quer se lhe doar. O homem só pode pegar a graça na medida em que a graça o pega. Só pode decair no mal se for tentado pelo mal. Como ser natural puro está além do bem e do mal. As duas possibilidades se lhe dão só quando ele transcende a natureza.

Uma questão a ser colocada é se é só sua liberdade que o faz sair da natureza. Se a abertura original do espírito for enquadrada em limites por sua ligação com um ser natural e se lhe for oferecido “sem mais” apenas isso com que está ligado como ser natural – então não deve haver uma ligação, correspondente à natural, com as esferas nas quais ele deve irromper de novo? Ou então, aquela ligação significa apenas que a natureza está espreada diante do espírito sem que ele precise se preocupar com ela e ela com ele? Justo por causa da abertura universal do espírito – outras esferas poderiam igualmente aproximar-se dele, mas apenas num esforço ativo dos dois lados. A natureza não precisa desse esforço, e não seria capaz disso, pois não é uma esfera espiritual e não flui de um centro pessoal, de onde apenas pode provir uma atividade. A segunda possibilidade parece plausível. Mas apenas enquanto se trata de uma apropriação espiritual de novas esferas, de uma tomada de conhecimento disso. Mas não enquanto ali deve dar-se uma acolhida da alma num reino estranho. Enquanto o homem afronta e toma a esfera estranha apenas com o espírito, pode manter-se retirado dela animicamente, assim como pode tomar conhecimento e conhecer a natureza, enquanto se fecha animicamente para ela. O tornar-se visível para o espírito não significa o mesmo que jorrar para dentro da alma. O espírito pode ver e a alma ficar vazia. Mas enquanto o espírito do novo reino não preencher a alma,

ela ainda não possui uma ubicação nele. Mas como é possível dar-se esse jorrar para dentro – isso ainda espera por respostas. – O mal não poderia vir ao homem se não tivesse nele um lugar originário. Ele o pega livremente quando sucumbe à tentação. Mas esse pegar, que não é um apreender espiritual puro, mas entrega anímica, só é possível quando o que é pego já encontrou acesso antes na alma. Mas só encontra entrada na alma o que é conforme a ela. Ela não está aberta a tudo e a todos como o espírito. Segundo isso, parece novamente como se ela pertencesse de igual modo aos diversos reinos nos quais ela pode fincar pé. Parece incompreensível por que pode estar em casa mais num que noutra, e também por que – contrário ao reino da natureza – necessita de uma irrupção específica para lá. Se ela pertence originalmente por igual a todos, por que não pode ser movida igualmente de todo lado a reações? Primeiro: pertencer originalmente a todos não significa pertencer a todos do mesmo modo. O que está na natureza está nela somente. A ligação com tudo que pertence à natureza significa para a alma que ela pode ser abalada num impulso extremo. Daí nada pode jorrar para dentro dela. E se ela própria é totalmente natureza, significa, fechada obtusamente em si, absolutamente nada pode jorrar para dentro dela. Vimos que, apesar disso, ela não está junto de si porque sua vida se esvai no reagir a “impulsos” externos. Não chega a viver livremente o que vive nela mesma.

##### 5) O reino do mal e o reino da luz

Só a alma espiritualmente desperta está tão aberta que pode acolher algo em si. E o que pode jorrar nela só pode ser novamente espírito. A alma só pode ser implantada verdadeiramente em esferas espirituais, não na natureza. Todavia, até aqui não falamos de “natureza” nesse sentido. Quando se falava de “reações naturais”, essas não deveriam ser restritas simplesmente à vida anímica obtusa, mas dirigiam-se a algo que se encontra também na vida espiritual. Entre impressões e reações há nexos que qualificamos como normatividade da razão. Essa razão – como vimos – vige em parte no obscuro, em parte se manifesta e é vislumbrada pelo sujeito das impressões e reações. As leis da razão atuam no conteúdo das impressões e reações, independente do sujeito em cuja vida espiritual são implementadas. Não se faz necessário nenhum “espírito” específico, nenhuma esfera espiritual qualificada de modo particular para que possam desenvolver seu domínio. Enquanto vida espiritual se desdobrar na forma de motivação, isto é, na forma da “resposta” racionalmente exigida a impressões, o sujeito espiritual está submisso sem mais a leis da razão – de igual modo que o acontecimento natural obedece às leis da natureza. E por causa dessa classificação



óbvia, aqui podemos falar de um segundo reino da natureza ou de forma mais contundente de um reino da razão natural. Não é preciso acentuar que permanece uma diferença natural entre a natureza em sentido próprio e essa “natureza espiritual”. Do precedente, isso fica suficientemente claro.

Despertando para a espiritualidade livre, o sujeito encontra-se no reino da razão natural. Esse despertar mesmo ainda não deve ser visto como coisa de sua liberdade, e igualmente não a pertença a esse reino e a tendência de comportar-se segundo suas leis. É bem verdade haver uma liberdade frente a essa tendência e a todas as leis da razão singulares concretas. O sujeito sempre pode algo diverso do que o que o interpela. Quanto mais consciente disso e mais faz uso disso, tanto mais está “subsumido” no reino da razão. Sim, tampouco aqui há um ser-subsumido verdadeiro, quanto na natureza em sentido específico. Justo o que pertence à entrada nesse reino – a espiritualidade livre – separa ao mesmo tempo de si mesmo e coloca o sujeito sobre si mesmo. O reino da razão não é uma esfera espiritual, que jorra de um centro pessoal, sendo assim especificamente qualificada. A alma só pode verdadeiramente ser subsumida em tais esferas, e deve irromper a elas através da liberdade. Essa irrupção é um ato livre, no qual a alma anui ao espírito da esfera que quer assenhorear-se dela e se entrega, de modo que esse pode tomar posse dela e fazê-la habitar em seu reino. – Só resta perguntar então por que a alma pode pertencer mais verdadeiramente a uma esfera espiritual que a outra. Dissemos que o mal deveria ter um lugar originário na alma para poder ter ingresso nela. Então, portanto, não é um poder estranho que toma posse dela, como nos parecia antes? A tentação não entra nela de fora, mas atinge-a em seu interior, precisando apenas ainda da legitimação por um ato livre. Há só uma tentação à qual o sujeito livre está exposto, como tal puramente e independente do que preenche sua alma: a única em que os anjos e o homem íntegro poderiam cair e com a qual o tentador pode também ir ao encontro de Cristo – a tentação de postar-se sobre si mesmo, fazer-se senhor de si mesmo. Ao mesmo tempo é o único que, por natureza, se rebela contra Deus, e nada mais é, e é dali donde tem de brotar o próprio mal, enquanto que toda outra já pressupõe a constituição do mal e só está voltada contra Deus, implícita ou explicitamente. Só se pode enfrentar uma tentação, e quiçá seja de que tipo for, a partir do espírito do alto. Por si, o homem não pode ver nem resistir à tentação que atua nele. Naquele que não é “justo pela fé” é por assim dizer um “acaso” se ele não pecar, e rechaçar a tentação. O que ele rechaça não é o tormento do pecado (lat. “como” do pecado), na medida em que se trata de um rechaçar “fundamentado”, motivado pela razão – mas o que é pecaminoso, o sujeito dessa qualidade, por causa de um desvalor que real ou supostamente adere a ele vindo de algum outro lugar. O fato real da tentação só

pode ser realizado numa alma onde “bem” e “mal” sentem-se em casa. Quem está totalmente cheio de Deus nele a tentação não pode entrar. Quem está totalmente tomado pelo mal, nele não há base para uma decisão contra esse. A rejeição livre de um necessita sempre do outro para se apoiar nele. Portanto, se o mal está em casa na alma, de modo que essa possa ser tentada pelo mal – como é possível que ela também não esteja em casa nele? – Primeiro: é diferente – oferecer à tentação um ponto de pega, estar na tentação e cair na tentação. Só quando se dá o último que a alma está realmente no signo do mal, consagrou-se a seu reino e seu espírito encontrou acesso nele. Dissemos que esse espírito atua dela para fora e não mais ela própria reagiria a impressões que ela recebe, segundo sua compleição natural. “Naturalmente”, certas impressões correspondem a certas reações a elas subordinadas segundo leis da razão. Há algo que é digno de amor, e algo que merece ódio. Amar o que é digno de amor, odiar o que é digno de ódio, todos podem por natureza. Ademais, há por natureza diferenças individuais no amar e odiar e na propensão para tal. Mas, odiar o que é digno de amor não é mais “natural”, mas especificamente [diabólico], e isso só pode o próprio “mal” ou alguém possesso pelo mal. Suas reações não podem ser compreendidas a partir da razão natural nem apenas da individualidade, mas só e unicamente pelo espírito do mal. O ódio é a reação específica do mal, ou melhor, o ato espiritual específico no qual o mal pode se irradiar segundo sua essência material e necessariamente tem de se irradiar. O mal é um fogo devorador. Se permanecesse em si mesmo, deveria devorar a si mesmo. Por isso – tendendo eternamente para além de si, inquieto – tem de procurar outro reino de dominação, onde possa se estabelecer, e tudo que ele apanha o faz pela inquietação que lhe é própria e impulsionado a partir de si. Por isso, quando se consagrou ao reino do mal, a alma não está mais junto a si mesma e portanto tampouco está em casa nesse reino.

Agora voltamo-nos à relação da alma com o reino da graça. Para poder ser pega pela alma, também a graça já deve estar atuante na alma e para poder ser efetiva já deve encontrar ali previamente uma estadia. E como o espírito do mal, também o espírito de luz, o Espírito Santo, atua na alma de que toma posse uma transformação de suas reações naturais. Há reações que são excluídas por ele, mesmo onde essas são acrescidas pela razão natural: ódio, sanha de vingança etc. E há atos espirituais e estados anímicos que são as formas específicas de sua vida atual: amor, misericórdia, perdão, bem-aventurança, paz. Surgem também onde não há qualquer motivo para tal segundo a razão natural. Por isso “a paz de Deus” está “acima de toda razão”. E por isso o reino de Deus deve parecer ser uma “loucura” para todos que estão de fora. Por sua essência, o espírito de luz é plenitude transbordante, riqueza a mais plena e que jamais diminui. Não porque ele não pudesse permanecer junto de si, ele irradia



para fora – e enquanto irradia para fora, permanece e se conserva em si mesmo. E o que é plenificado por ele é conservado nele e ele é mantido ali. A alma que o acolhe é plenificada por ele e o conserva junto de si, mesmo quando ela o irradia para fora, sim, quanto mais ela o irradia, tanto mais permanece junto dela. Assim, ela pode encontrar junto dele uma verdadeira estadia. Mas como fica sua individualidade? Quando suas reações naturais são subjugadas, ela não é aniquilada e não fica impossível que ela desfrute e vivencie a si mesma quando o novo espírito tem ingresso nela e dela toma posse? Isso é explicado também pelas palavras relativas à morte, pela qual se conquista a vida, e do ódio à sua própria alma etc. De fato, é certo que, no “renascimento do espírito” a alma experimenta uma transformação radical. A vida, na qual ela em geral desfrutava de si a seu modo particular, lhe é cerzida. Quanto mais a graça se difunde nela, de imediato vai desaparecendo continuamente dela o que oferecia um ponto de pego ao espírito do mal e também o que pertencia a ela própria. Vai desaparecendo a ligação com a razão natural e o modo de reação por essa prescrito. No entanto, o que chamávamos de “individualidade”, o mais próprio da alma, não é apagado. Essa individualidade não é uma disposição inata para certas reações, não é uma capacidade psíquica que involui quando não pode desfrutar vivencialmente dos estados psíquicos atuais. Ela está “por trás” de todas as “pré-disposições”, disposições, reações. Onde essas ocorrem, ela lhe imprime seu selo, mas é independente delas, e não desaparece com elas. O “caráter” inteiro de uma pessoa, i.é, a totalidade das disposições naturais de sua individualidade anímica, pode ser destruído, a alma pode ser arrancada dessa base natural da qual e com a qual se ergue, e mesmo assim conservar sua individualidade. Essa individualidade é *intangibilis* (intocável). O que entra na alma e dela procede, é impregnado por ela. Também a graça é acolhida por cada alma em seu modo próprio. Sua individualidade não é expulsa pelo espírito de luz, mas se conjuga com ele, e com isso, experimenta verdadeiramente um “novo nascimento”. Isso porque a alma só frui total e plenamente de sua vida em seu modo de ser próprio na medida em que permanece em si. Em todas as reações ela não só frui de sua própria vida, mas é igualmente submissa às leis às quais estão submetidas essas reações como tais e independentemente do sujeito que as realiza a cada vez. Mas ela só pode estar em repouso e desvinculada de fora – isso nós já sempre vimos – quando ela for elevada ao reino do alto. Assim, pela graça, recebe a si mesma como um presente. –